Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384
Boletim do Tempo Presente, nº 02, de 09 de 2012, p. 1 - 12, | http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente

PARAGUAI: UM GOLPE DE NOVO TIPO E A PERMANENTE QUESTÃO AGRÁRIA

Por *Vanderlei Vazelesk Ribeiro*
Professor de História da América da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)



Resumo: Neste texto discutimos inicialmente as disputas políticas e a questão agrária no Paraguai no período que se estende do fim da guerra da Tríplice Aliança (1870) até a ascensão de Alfredo Stroessner (1954). Posteriormente analisaremos oo governo de Stroessner (1954-1989), destacando a luta pela terra dos camponeses contra a expulsão que sofriam por parte de fazendeiros paraguaios e brasileiros, contando estes com o apoio do Estado e aqueles dependendo da assistência de parte da Igreja Católica.
Por último reflete-se sobre a atuação do movimento camponês por terra após a democratização, avaliando suas possíveis conexões com a ascensão e queda do presidente Fernando Lugo.
Palavras-chave: Estado, Questão Agrária, movimentos camponeses.

Abstract: At first, this article comprehends the political and agrarian issues in Paraguay from the Triple Alliance War ending until the rise of Alfredo Stroessner (1954). After that, Stroessner's governance (1954-1989) is analyzed, with focus on countryman's struggle for land against both Brazilian and Paraguayan farmers who had support from state, while the first ones had to rely on assistance from the church. Finally, the peasant movement's fight for land is considered, along with the possible connexions between the movement and the rise and fall of president Fernando Lugo.
Key Words: State, Agrarian Issues, Peasant Movement

Introdução

> "Quando uma propriedade é maior do que cantões franceses holandeses ou belgas, então os habitantes desta região são súditos do dono da terra ou da empresa que possui e não cidadãos"
> Jillis Distal Apud (Viladesau, 2008, P: 14)

No dia 22 de junho o mundo acompanhou um processo diferente na história dos golpes de Estado Latino-americanos. O presidente do Paraguai Fernando Lugo, que fora submetido a julgamento político pela câmara de deputados no dia anterior, era afastado pelo Senado. Não era um "pronunciamiento" militar como estamos acostumados em América Latina. Sua destituição se deu via parlamento, conforme reza a constituição paraguaia de 1992, observando os que sustentam não ter havido um golpe de Estado que o presidente denunciado pela câmara permanecia no cargo enquanto fosse julgado no senado, daí não se poder esperar muito por seu julgamento.[1]

Não é nosso objetivo fazer uma discussão a respeito das causas imediatas do movimento que apeou do poder o primeiro presidente não vinculado ao Partido Colorado após 61 anos, , mas sim acompanhando um tema, que nos é muito caro refletir sobre a questão agrária, que marca fortemente a nação guarani e que entendemos nos ajudará ao fim destas linhas a compreender os acontecimentos de junho de 2012. Embora Marc Bloch nos advirta para o perigo de supervalorizarmos o "ídolo" das origens, (Bloch, 1993, P: 18), isso não significa que estamos proibidos de refletir sobre elas. Desta maneira se a questão agrária foi um tema pelo menos após o fim da guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), por que não acompanhá-la em breves traços a fim de procurar compreender sua influência nos acontecimentos atuais.

O leitor das páginas que se seguem deve preparar-se para um vôo panorâmico sobre o país vizinho. Começamos pela estrutura sócio-política anterior ao Estronato[2] remontando ao fim da guerra da tríplice aliança, destacando as dificuldades da oligarquia terratenente em construir uma direção política interna à classe. Ao discutir o governo de Stroessner (1954-1989) destacamos a intensificação da presença de fazendeiros brasileiros, bem como a reação camponesa à ela e a outras políticas do regime. Por fim refletimos sobre o contexto de democratização e a persistência da luta camponesa, que possibilitou a ascensão de Fernando Lugo e talvez tenha sido um dos fatores de sua queda.

1: do fim da guerra da tríplice aliança à ascensão de Stroessner (1870-1954)

Duas guerras marcaram profundamente a História paraguaia: a guerra da Tríplice Aliança que no Brasil é mais conhecida como guerra do Paraguai e a guerra do Chaco (1932-1935) contra a Bolívia.

A guerra da tríplice Aliança teve para o país consequências, que se prolongariam por décadas: perda de dois terços da população masculina, destruição de uma estrutura artesanal, da única ferrovia da linha telegráfica, e da fundição de Ibicuí, que fabricava armamentos, doenças, fome e emigração. Até a ascensão do General Bernardino Caballero em 1880 ao comando da milícia e à presidência da República, o país viveu uma série de golpes de Estado. A desesperada pobreza do pós-guerra intensificava a disputa pelos cargos públicos entre o que restara da elite local. Com a consolidação do grupo de Caballero no poder político, que em 1887, em resposta à criação do Partido Liberal, criou o Partido Colorado, o país ganhou relativa estabilidade, desfrutando lijeira recuperação em relação à guerra. (Lewes, 2002, P: 635)

Neste momento onde a pecuária era retomada, o governo decidia privatizar as terras públicas. O regime anterior as confiscara aos exilados políticos e as arrendara a preços módicos a camponeses com a obrigação de cultivá-las. Os roceiros não podiam vender as terras, mas as tinham por usufruto, havendo também as fazendas do Estado.

A partir de 1883 As áreas seriam vendidas aos particulares. O arrendatário teria em tese a preferência de compra, mas sofria dois entraves: teria de adquirir no mínimo meia légua quadrada de campo pagando e em dinheiro. Como camponeses pobres poderiam adquirir áreas tão extensas e à vista? (Piñero, 2004, P: 114). O resultado foi a concentração da terra em mãos de favoritos do regime, naquele momento sob férreo controle do general Caballero e seus apaniguados. Provavelmente essa concentração de terras em poucas mãos, não gerou conflitos de maior envergadura, porque o nível demográfico paraguaio ainda não se recuperara da catástrofe da guerra, podendo os camponeses deslocar-se para outras zonas.

Enquanto o gado no início do século XX crescia em número, as fraturas da oligarquia terratenente se intensificaram. Em 1904 os liberais, com apoio argentino, conseguiram apear do poder os colorados, mas isso não significou a conquista da hegemonia, , pois as facções liberais logo dividiram-se em cívicos e radicais, passando à

luta aberta pelo poder. O partido colorado, como faziam os liberais anteriormente, passou ao abstensionismo, pois seus membros não acreditavam na possibilidade de eleições sem fraude.

O período que se estendeu de 1904 a 1936, marcado pelo predomínio liberal foi extremamente instável. Facções do partido trocavam golpes de estado e os colorados ficavam na expectativa de voltar ao poder pela via armada. Foram poucos os presidentes, que conseguiram cumprir integralmente seu mandato, destacando-se Eduardo Schaeerer (1912-1916), que conseguiu alguma estabilidade política no contexto em que a produção pecuária foi exportada face à primeira guerra mundial.

No que diz respeito ao tema agrário o governo de Eligio Ayala (1923-1928) decretou em 1926 uma lei de "reforma agrária". Previa-se a possibilidade da desapropriação com pagamento ao fazendeiro da indenização em dinheiro pelo valor de compra, o que, como vimos significava um valor muito baixo, mas na prática o que o governo realizaria seriam projetos de colonização em áreas não cultivadas. A lei procurava beneficiar pequenos proprietários e se distribuíram cerca de duzentos mil hectares a dezessete mil famílias, entre 1926 e 1931, sendo os camponeses proibidos de vender, arrendar ou hipotecar a terra, recebendo lotes entre 6 e 60has. (Lewes, 2002, P: 652)

Numa economia onde a maioria da população praticava a agricultura de subsistência, a crise de 1929 não a afetaria. Mas todo Paraguai ver-se-ia atingido pela guerra contra a Bolívia. A Bolívia, que perdera a saída do Pacífico para o Chile, buscou compensar-se no Rio Paraguai, que lhe daria uma saída Atlântica. A guerra durou três anos e um exército mal armado, mal preparado conseguiu derrotar os bolivianos, ainda que estes contassem com assessores alemães. Mas o fim da guerra significou no Paraguai novos questionamentos. Veteranos do Chaco reclamavam terras, liberais descontentes e intelectuais influenciados pelo fascismo e socialismo formaram uma frente, que derrubou em 1936 o presidente Eusébio Ayala. O golpe não era uma simples troca de oligarquias: conforme (Lewess, 2001, P: 188) o novo governo, ainda que com vários grupos lutando em seu interior, sofrendo viva oposição de colorados e liberais derrotados, sob o comando do coronel Rafael Franco tomou medidas de impacto: a criação de um código de trabalho, que lembra a CLT brasileira, pela concessão de direitos e controle sindical pelo Estado e pela única vez uma reforma agrária, que

implicou na desapropriação de duzentos mil hectares em um ano e meio de governo. A lei não foi revogada após a queda de Franco em 1937, mas o ritmo da reforma diminuiu radicalmente. A partir deste momento a reforma agrária torna-se uma espécie de mantra recitado por qualquer governo, inclusive o de Stroessner para acalmar o campesinato.

A contrarrevolução de 1937 eliminou o único experimento "populista" da história do Paraguai, pois a partir dali os governos que se seguiram não procuraram incorporar as classes trabalhadoras a um modelo de desenvolvimento capitalista com participação política.[3]

Entre 1937 e 1940 o país viveu uma série de crises institucionais, clminando na ascensão do general Igino Moríñigo, logo após a aprovação em "plebiscito" de uma constituição imposta por seu antecessor o general José Felix Estigarribia, morto em acidente aéreo em 1940. Moríñigo ainda que sob influência de grupos pró-nazistas buscou uma política de desenvolvimento capitalista, recebendo no contexto do esforço de guerra estadunidense o apoio para as exportações do país. Ao final da segunda guerra mundial, sob pressão direta da embaixada estadunidense e com o crescimento da oposição, Morínigo, que contara nos primeiros anos com o apoio de grupos católicos alinha-se a setores do Partido Colorado, que após quase meio século voltava ao poder.

O ditador anistiou os presos políticos, legalizou os partidos, inclusive o comunista e anunciou a convocação futura de eleições, formando um governo de coalizão em junho de 1946. Contudo a saída de liberais do governo e posterior declaração do Estado de sítio levaram à guerra civil. Entre março e agosto de 1947 liberais, febreristas[4] e comunistas enfrentaram o governo apoiado pelos colorados. O apoio camponês aos colorados, foi essencial e afinal a frente opositora seria esmagada. Os colorados passaram a uma disputa sangrenta pelo poder político e o Paraguai teve quatro presidentes entre a queda de Moríñigo (1948) e a ascensão de Federico Chávez (1949). Este último adotou medidas econômicas menos liberais aumentando os salários, tentando congelar os preços. Mas os efeitos da guerra civil somados à inflação desgastaram seu governo. Em maio de 1954 um general, que ajudara a garantir o governo de Moríñigo em 1947 e participara de incontáveis conspirações e tentativas de golpes chegava ao poder pela via armada. Os colorados que pensaram que o utilizariam em suas disputas internas se acostumariam com ele à frente do governo. Em 15 de Agosto Alfredo Stroessner toma oficialmente posse na presidência.

O estronato (1954-1989: presença brasileira e questão agrária)

O governo caracterizou-se pelo liberalismo econômico, impiedosa repressão aos dissidentes, cooptação de aliados e pela expansão da presença de interesses brasileiros materializada na construção da hidrelétrica de Itaipu, de estradas e na aquisição por brasileiros de terras na faixa de fronteira. O governo realizava projetos de colonização com minifundistas na região de fronteira, que cultivavam principalmente o algodão, mas sua opção essencial era dinamizar a agricultura de exportação. Assim terras públicas eram vendidas a favoritos e estes as revendiam para fazendeiros brasileiros, mesmo na área delindeira. Inicialmente o café era o preferido, porém mais tarde a soja e o algodão ganhariam a preferência dos novos proprietários. A valorização do algodão no mercado internacional vinculou-se à crise do petróleo dos anos 1970, enquanto a sjo está ligada ao fato de os europeus passarem a optar pela proteína vegetal.

A terra em áreas públicas contentava os grandes apossadores, mas seus pequenos tratos em projetos na fonteira podem ter sirvido de moeda de troca para o regime. Houve camponeses que apoiaram o governo na luta contra pequenas organizações guerrilheiras, que vinham da fronteira Argentina no início dos anos 1960. (Lewes, 2001, P: 197). Neste momento outros camponeses, ao terem as terras que cultivavam ameaçadas por fazendeiros paraguaios e brasileiros iniciaram a resistência formando ligas agrárias. Contando com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, inspirados na teologia da Libertação, conseguiram congregá-las numa federação nacional em 1964, aproveitando a relativa "liberalização" do regime.[5]

Embora continuasse anunciando a "reforma agrária" o estronato intensificou no início dos anos setenta a concessão de terras a proprietários brasileiros. Muitas vezes, o pequeno cultivador paraguaio desmatava a terra e cultivava e era "visitado"por policiais, jagunsos e cprepostos de proprietários. O apoio de setores da Igreja à luta camponesa serviu de pretexto para a repressão mais vigorosa desencadeada em 1976, com o fechamento da federação de ligas agrárias e a perseguição a mmuitos de seus dirigentes, havendo torturas e assassinatos.Num contexto de guerra fria era muito fácil aos líderes militares ou aos proprietários rurais rotular de "comunistas" aos líderes camponeses ou os padres que os apoiavam, assim como hoje são chamados de "terroristas" as lideranças que apóiam as ocupações de terras ou de estradas em protesto por melhores condições de vida.

Para o regime, que se vangloriava da construção de Itaipu, que injetava recursos em sua modesta economia, era importante romper o padrão latifúndio-minifúndio, passando ao de grandes empresas comerciais, que iniciavam a produção de soja e trigo. As tradicionais explorações de algodão e erva-mate ficariam postergadas. (Piñero, 2004, P: 127.)

Como no Brasil a legitimidade do regime estava calcada no controle da inflação estabelecido nos primeiros tempos e no crescimento sustentado, que muito deveu aos investimentos do regime militar brasileiro. Contudo o fim da construção de Itaipu, e a recessão que Brasil e Argentina viveram, no início dos anos 1980 enserraram o ciclo de relativa prosperidade. Tais fatores levaram ao crescimento da oposição e ao descontentamento no interior dos dois pilares do regime: as forças armadas e o Partido Colorado. No campo o início dos anos 1980 assiste ao nascimento de organizações como o Movimiento Campesino Paraguaio (MCP) a Cordinación Nacional de Productores AAgrícolas (Conapa), que nos anos noventa tornou-se Federación Nacional Campesina. Estas entidades reivindicavam a reforma agrária, a luta por preços melhores para os produtos dos camponeses e questionavam a presença brasileira. (Piñero, 2004, 126). Além de suas reivindicações específicas juntavam suas vozes às dos opositores de todos os matizes, (trabalhadores urbanos, militantes dos partidos opositores, setores católicos) reclamando entre outras coisas contra as desaparições forçadas.

Enquanto isso no Partido Colorado as divergências se avolumavam questionando-se a corrupção institucionalizada, que fora outro mecanismo de cooptação do regime, e discutindo a futura sucessão de Stroessner. Quando este em 1988 após ser "eleito"[6] para um oitavo mandato, quis fazer de seu filho, o coronel Gustavo, seu sucessor as divergências chegaram ao meio militar. O General Andrés Rodrigues, sogro do outro filho de Stroessner desencadeou um golpe de Estado, que pôs fim ao mais longo governo do Paraguai. Rodríguez e os colorados que depunham Esstroessiner não pensavam em mudanças na economia e na estrutura política (O Partido Comunista ainda estava proibido), mas acenavam com a moderação do regime.

3: Democracia e questão fundiária no paraguai contemporâneo

O novo regime promulgou uma nova constituição em 1992, que proibia a reeleição do presidente e estabelecia direitos de participação política. Para lideranças de movimentos camponeses a democracia significava a possibilidade de lutar pela conquista da terra. Agora as organizações não se limitavam a resistir à expulsão de terras cultivadas. Passavam a occupar terras, especialmente nas regiões da fronteira com o Brasil, como o departamento de São Pedro.

Para os líderes da Associación Rural del Paraguai, democracia era o ingresso no mercossul, e a possibilidade de expandir seus negócios aliados aos grandes proprietários brasileiros e multinacionais, que se iam estabelecendo no país. O conflito estava posto: ocupações de Terra, reações à bala, e a persistência no despejo de camponeses.

Em 1994 as organizações camponesas, que englobavam o MCP, a Conapa, e a Organización de Lucha por la Tierra uniram-se na Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC). Não se tratava de fundir as entidades, mas sim de coordenar seus esforços. Ainda que a CONAPA (atual FNC), tenha deixado a coorddenadora em 1998 seus esforços conjuntos seriam importantes em diversos momentos. Além da luta pela terra, seja resistindo ao despejo, ou ocupando terras, as entidades realizavam marchas até Assunción, reivindicando a anistia das dívidas e a liberação do crédito para suas pequenas explorações, bem como melhores preços para sua produção. Em uma destas marchas em março de 1999 apoiaram o movimento estudantil e popular, que cuminou no afastamento do presidente Raúl Cubas. [7]

Na virada do milênio um outro tema se somaria à luta dos camponeses paraguaios: o ecológico. Empresas como a Syngenta e a Monsanto passam a investir na região da "República Unida da Soja" ou seja, Paraguai, centro-Norte Argentino, leste da Bolívia, sul e centro-oeste brasileiro e oeste uruguaio, (Viladesau, 2008, P: 29), vendendo o seu pacote tecnológico, que incluía as sementes de soja transgênica bem como os agrotóxicos necessários à elas.

As pressões sobre o campesinato se avolumaram: Podia-se inicialmente tentar comprar sua parcela. Em caso de resistência utilizava-se helicópteros para pulverizar com agrotóxicos a região, ou policiais e jagunsos alegando ocupação ilegal das terras passavam a hostilizar os camponeses, matando seus animais, fazendo disparos e em

alguns casos matando lideranças camponesas. Lembremos que além da presença de fazendeiros brasileiros, existem entre os proprietários paraguaios poderosos políticos do Partido Colorado, que desfrutam de poder nos meios policiais e judiciais do país.

A reação camponesa, conforme (Viladesau, 2008, P: 34) variou: houve os que venderam as parcelas, os que buscaram resistir na justiça e os que procuram lutar em cima da terra. Além disso ocorriam ocupações de terra em áreas onde os títulos eram duvidosos. Foi aliás uma ocupação em Caraguaty, departamento de Kanindeyú, que resoutou na morte de onze camponeses e seis policiais, o pretexto para a queda de Fernando Lugo.

Neste contexto de mobilização social o bispo Fernando Lugo chegou ao poder em 2008 numa aliança, que incluía liberais e setores de esquerda. Lugo ainda que não tenha realizado uma reforma agrária proccurava negociar com o movimento camponês, algo inaceitável para os proprietários brasileiros e paraguaios.

Além disso o órgão estatal responsável pela certificação de produtos agrícolas impunha limites a implantação de produtos transgênicos, como o milho e a soja. Logo jornais vinculados ao agronegócio denunciaram esta atuação como danosa ao país, pois limitaria seu progresso técnico. [8] Assim conforme Borón mesmo não desenvolvendo políticas revolucionárias o governo tornou-se um problema para a expansão do agronegócio. Os sem-terra, denominados carperos intensificaram sua atuação ocupando áreas na fronteira, atingindo aos chamados brasiguaios, brasileiros e descendentes, que haviam conseguido legalmente, ou não, terrs a partir do Estronato. O insidente citado de Kanindeyú, serviu de pretexto para o movimento parlamentar, que derrocou o presidente em trinta horas. Lugo não foi preso e não vimos tanques nas ruas, mas o tema agrário nos parece estar profundamente imbricado ao golpe. Não por acaso dirigentes da Associación Rural del Paraguay e representantes de proprietários brasileiros apressaram-se em apoiar a nova ordem representada pelo vice-presidente Federico Franco.[9]Desta forma se não temos um golpe militar clássico temos um golpe de novo tipo, onde as formas constitucionais são mantidas, (o vice-presidente assumiu), mas os interesses por trás de sua queda vinculam-se aos setores dominantes do país.

Conclusão

Não era nosso objetivo discutir em detalhes a deposição de Fernando Lugo. Entendemos também que na explicação do golpe podemos ver outros fatores, como o desejo estadunidense de conservar e aprofundar sua presença militar no coração da América, as divisões internas à coalizão que levou Lugo ao poder, bem como a existência de uma minúscula organização guerrilheira, O Ejército del Pueblo Paraguaio, estando no "libelo acusatório" contra Lugo a queixa de que não se esforçaria para combatê-la.

Contudo optamos por discutir o tema agrário num país, onde apesar da urbanização, que se desenvolveu durante o Estronato, ainda temos expressivo contingente de população agrícola, e as lutas pela terra vem-se intensificando.

Buscamos assim utilizar a questão agrária como um fio condutor para pensar a história deste país. Cremos que tenha sido uma alternativa viável mostrar aos leitores brasileiros em rápidas passadas um pouco da história política de um país, que ainda precisamos conhecer melhor.

Compreendemos assim que o tema agrário ganha imensa relevância no contexto da deposição de Lugo e que é necessário aprofundá-lo ainda mais em futuras reflexões.

Referências

Bloch, Marc – **Apologia da História e o Ofício do Historiador**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Lewes, Paul – Paraguay 1930-1990. In: Bethell, Lesle **Historia de América Latina.** Barcelona, Editorial Crítica, 2001, P: 187-215.

LewesIdem, – O Paraguai da Guerra da Tríplice aliança à Guerra do Chaco. In: Bethell, Lesle – **História da América Latina**. São Paulo, Edusp, 2002, Vol. V, P: 635-655.

Piñero, Diego – **Em Busca de la Identidad**. Buenos Aires, Clacso, 2004.

Villas, Carlos – **La Democratización Fundamental ó El Populismo em América Latina**. México, Siglo XXI, 1995,.

Viladesau, Tomás Palau - El agronegocio de la soja en Paraguay Antecedentes e impactos sociales *y* econômicos. In: Landim, Regina Ângela Bruno – **Campesinato e Agronegócio na América Latina**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, (17-43).

Notas:

[1] Ver um artigo publicado no diário ABC Collor de Asunción onde Federico Calizo Nicora procura responder a Marco AAurélio Garcia a afirmativa de ter havido um golpe. Nicora, Fedeerico Canizo Paraguaio: Paíz Digno y Altivo. Diário ABC Collor 26 de Junho de 2012. Disponível em:
In: *http://www.arp.org.py/images/filles/paraguay%20paraguay%20paiz%20digno%20altivo acessado em 27 de agosto de 2012.*

[2] Referência ao período de governo de Alfredo Stroessner.

[3] Utilizamos aqui a expressão populista não no sentido pejorativo comummente usado, mas naquele dado por Carlos Villas de Democratização Fundamental: De acordo com o autor na transição do regime oligárquico para o urbanoindustrial no continente houve regimes, que buscaram estender a cidadania às camadas populares, fosse via direitos trabalhistas, extensão do voto aos analfabetos, da educação primária e em alguns casos, reforma agrária. O Paraguai não viveu essa transição poderíamos afirmar que apenas neste momento (a Revolução de Febrero" viveu uma experiência populista.(Villas, 1995, P: 11-115.

[4] Referência a Revolução de fevereiro de 1936.

[5] O governo adimitiu a partir de 1963 a existência legal de uma oposição tolerada. Esta oposição tinha número máximo de assentos no parlamento (um terço). (Lews, 2001, 198)

[6] Nas eleições a oposição não tinha acesso aos meios de comunicação, sem falar nas fraudes. (Lewes, 2001, P: 210)

[7] O presidente fora eleito em 1998 com o apoio do general Lino Oviedo, o qual tentara em 1996 depor pelas armas o presidente anterior Juan Carlos Uasmosy. O assassinato do vice de Cubas, Luis Maria Argaña, levou a uma onda de protestos, que forçou a renúncia do presidente. (Piñero, 2004, P: 146.

[8] Ver: ?Borón, Atirio – Por que derrocaron AL presidente Fernando Lugo? Cubadebate, 22 de junho de 2012 disponível em: *http://www.cubadebate.cu/opinion/2012/06/22/por-que-derrocaron-al-presidente-fernando-lugo/ acessado em 27 de agosto de 2012*

[9] Ver: Farias, L – Ruralistas Le Mostraron El Camino a Franco. Montevideo, ElObservador,, 22 de agosto de 2012. Disponível em: *HTTP://www.arp.org.py/images/filles/ruralistas%20le%20mostraron%20el%20camiño%20a%20franco/*